

Economistas dizem que *economia - Brasil* 'pacotes' são ineficazes

Do serviço local e
da sucursal

Os economistas Celso Luís Martone, da Universidade de São Paulo, e Cláudio Contador, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, participaram ontem, em São Paulo, de um debate sobre taxas de juros e chegaram à conclusão de que o governo não está fazendo nada para reduzi-las. Os recentes "pacotes" de medidas econômicas adotados pelo governo foram considerados tímidos, pouco coerentes e pouco eficientes, pela falta de credibilidade.

"Estou sentindo no ar a disposição do governo de usar a desindexação e os expurgos como panacéia para reprimir a inflação. Com isso abafa-se o problema, facilitam-se os entendimentos com o Fundo Monetário e com os credores, mas, como não se combatem as causas as taxas inflacionárias poderão explodir em 84", disse Martone.

Contador comentou que o expurgos "precisam ser inteligentes", atingindo tanto os fatores negativos quanto os positivos. "Não se pode, de antemão — disse — anunciar, como foi feito, que nos próximos meses continuará havendo expurgos, porque desta maneira cria-se um clima de intranquilidade que poderá prejudicar seriamente as cadernetas de poupança." A expectativa, entre os técnicos que participaram do debate promovido pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, é de que o sistema de cadernetas sofrerá pesados saques a partir de hoje.

Martone relacionou como principais componentes das altas taxas de juros os seguintes fatores: o custo da rolagem da dívida externa — hoje em torno de 16% a 17% além da variação cambial; o risco cambial, agravado pela existência de aproximadamente dez bilhões de cruzeiros em ORTN de cláusula cambial e pela inexistência de reservas externas; e o déficit público, agravado em grande parte pelo custo da dívida interna.

Uma das medidas propostas por Martone é a "desdolarização" da economia, ou seja, a eliminação dos títulos públicos de correção cambial e das dívidas em dólares das empre-

sas. Com isso, seriam eliminados os canais de comunicação entre o cruzeiro e o dólar, evitando as pressões que o giro da dívida externa e o risco cambial exercem sobre os juros. Martone e Contador admitiram, porém, que para fazer essas mudanças talvez fosse necessário que o governo tivesse uma política econômica mais corajosa e de maior credibilidade.

CRISE DE LIQUIDEZ

A crise de liquidez das cadernetas e distribuidoras independentes pode piorar, hoje, com o aumento dos saques de aplicações no open, a partir da tributação e identificação dos investidores de curtíssimo prazo e do fato de ser o dia útil para os depósitos em cadernetas de poupança com direito a remuneração integral no trimestre, previu ontem técnico da área financeira.

Segundo disse, o Banco Central continua a ampliar a assistência de liquidez às financeiras, bancos comerciais e bancos de investimento com base nas respectivas posições de papéis "selicados" — Títulos da Dívida Pública Federal e Estaduais — mas não assiste as corretoras e distribuidoras, por não ser obrigação da autoridade monetária cobrir riscos assumidos por simples intermediários do mercado de capitais.

O técnico do Ministério da Fazenda afirmou que, ao contrário de quem detém posições em dólar e ouro, muitos aplicadores no Open — principalmente, profissionais liberais — tirarão proveito do Decreto-Lei nº 2.040 para legalizar o seu patrimônio. Lembrou que a compra de ouro e dólar também perdeu atratividade pela sua sobrevalorização atual.

Outra fonte do setor financeiro observou que a falta de credibilidade do governo também constitui obstáculo à eficácia da anistia fiscal do Decreto-Lei nº 2.024. Em sua opinião, da mesma forma que o governo surpreendeu com a anistia, pode baixar um outro e permitir que a Receita Federal averigue o patrimônio legalizado.

Quem nada tem a esconder não deve, na opinião da fonte da Fazenda, aceitar passivamente os juros fixos e a correção monetária expurgada das cadernetas de poupança.